

ONGS E GLOBALIZAÇÃO

Arlene dos Santos Machado Zancanelli¹
Cleuza Maria Loubet Cardoso²
Edna Conceição Cordeiro Pereira³
Jaira Maria Alba Puppim⁴

RESUMO

O presente estudo pretende discutir o processo da Globalização, a formação e desenvolvimento das Organizações Não-Governamentais - ONG's. Sendo realizado através de pesquisa bibliográfica, discussões em grupo e contatos com instituições não governamentais de Campo Grande - MS.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, Organização Não-Governamental, Terceiro Setor.

^{1, 2, 3 e 4} Mestrandas do Programa de Mestrado em Serviço Social, convênio UCDB/UNESP.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema Organizações Não-Governamentais - ONG's e globalização. Objetivamos proporcionar uma difusão maior desta reflexão. Por considerá-la complexa, registramos fenômeno recente, existe desde que o homem descobriu que na terra existiam outros povos em outros lugares e procurou conquistá-los e/ou conhecê-los. Porém, nos últimos tempos, com os avanços, principalmente em termos de integração econômica, este processo assumiu várias facetas, parecendo constituir-se como um caminho de mão dupla: criando grandes possibilidades em virtude do acesso a novas tecnologias, integrando países, ampliando a velocidade da informação e desencadeando processos de exclusão social.

Nesse contexto, muitas alterações estão ocorrendo na sociedade, dentre elas no campo de trabalho. Os milhares de postos de trabalho extintos, principalmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, provocaram grandes transformações, fazendo emergir, numa nova dinâmica, um grande contingente de trabalhadores que buscam adaptações a novas possibilidades de trabalho. Estas, porém, em menor número e com a exigência de um alto grau de qualificação profissional.

Nesse universo, a ação das Organizações Não-Governamentais tem um papel expressivo, principalmente no Brasil, onde a retração do Estado, frente às políticas sociais, vem deixando lacunas, em termos de assistência e proteção social às populações, que precisam ser preenchidas, a fim de garantir os direitos sociais.

Diante disso, dividimos itens que tratam do universo das ONG's, da evolução e efeitos da globalização nas ONG's e a questão social; a sobrevivência das organizações sem fins lucrativos no Brasil e as perspectivas futuras da globalização.

1 - O UNIVERSO DAS ONGS

A expressão ONG foi criada pelas Organizações das Nações Unidas - ONU, na década de 40, para designar entidades não oficiais, que recebiam recursos financeiros de órgãos públicos, para executar projetos de interesse social, dentro da filosofia de trabalho denominado “desenvolvimento de comunidade”.

As ONG's são um fenômeno mundial e sua atuação no Brasil, segundo alguns autores, datam seu surgimento na época da Colônia, em referência ao trabalho de grupos religiosos e caritativos de difícil comparação com as ONG's atuais, visto que a igreja e o Estado não eram separados legalmente.

Na década de 50, os Estados Unidos criavam fundos para a assistência e desenvolvimento de outros países, por meio de ONG's. Esses fundos geraram fundações públicas específicas, como a Inter-American Foundation e a Ásia Foundation. Essa política foi também seguida pela Alemanha, Suécia, Áustria, Holanda, Noruega e Canadá, que, na década de 70, formaram a Assistência Oficial para o Desenvolvimento - ODA.

Na maioria dos países da América Latina, também foram implantadas políticas de incremento de cooperação internacional, junto aos movimentos sociais e, em especial, o sindicato e os movimentos populares, bastante ativos ao final dos anos 70 e durante grande parte dos anos 80. Assim, a maioria das ONG's da América Latina surgiu após os anos 70, enquadrando-se, em sua grande maioria, na modalidade desenvolvimentista.

Nos anos 80 e 90, as ONG's passaram a operar com apoio financeiro de agências de cooperação internacional ou de outras ONG's. Entre elas, o Banco Mundial tem dado grande atenção às ONG's desde a década de 80, priorizando ações em sua parceria.

No Brasil, desde 1985, vários setores da sociedade civil se organizaram, logo após a campanha “Diretas-já”, articularam-se em

fóruns para debater a forma e conteúdo da nova Constituição. Neste período, até a década de 90, as ONG's cresceram e consolidaram-se, sendo um marco neste processo a nova Constituição de 1988.

Com a ECO-92, as ONG's brasileiras destacaram-se como um dos principais atores no fórum paralelo à Conferência Oficial, que reuniu movimentos sociais do mundo para discutir propostas de desenvolvimento sustentável. A partir de então, a atuação das ONG's brasileiras tem-se tornado mais global e internacional, sendo um destaque em todas as conferências promovidas pela ONU.

Atualmente, estas organizações vêm passando por transformações em função das mudanças que ocorreram no mundo e das novas tarefas que se impõem para a sociedade.

Um dos desafios enfrentados pelas ONG's, nos últimos anos, é o de trabalhar com espaços públicos. Segundo LANDIN (1996 : X):

“Apesar de ter um benefício público como ponto central de seus objetivos, atividades e justificativas de existência (...), é pequeno o número de ONGS que virtualmente faz jus, (...) Apenas 19,3% dentre elas possui o registro no CNAS (...) e só 9,7% dentre elas possuem registro de utilidade pública federal, no entanto, esses números relativamente reduzidos indicam também a existência de um conjunto de obstáculos legais e burocráticos para que as ONGS tenham acessos aos benefícios legais”.

Um documento da Associação Brasileira de ONG's – ABONG relatou que as ONG's não são reconhecidas por lei, pelo seu caráter público como agentes democráticos do desenvolvimento social, econômico e político, por isso essa associação, junto a outros setores da sociedade civil, mobilizou-se nesse sentido. Desde 1993, essa associação realizou gestões junto ao Ministério do Bem-Estar Social, que culminaram no reordenamento jurídico-institucional da nova Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, entre outras medidas, ampliou o conceito de entidades de assistência social, o qual passou a incorporar as ONG's que atuam na defesa e garantia dos direitos.

Desta forma, a definição que contempla as múltiplas atividades desenvolvidas pelas ONG's, no sentido do enfrentamento da pobreza, da integração dos excluídos ao mercado de trabalho e da promoção da garantia dos chamados mínimos sociais, conquistou seu espaço.

Para tentar conhecer um pouco mais sobre as ONG's, seus dificultadores e os aspectos legais de sua constituição, contactamos algumas organizações que atuam nas questões ecológicas, de saúde e do portador de necessidades especiais de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Entrevistando os seus dirigentes, encontramos um deles que relatou sobre a burocracia para obtenção do certificado de entidade de utilidade pública Federal. Este processo burocrático é muito demorado e sempre há necessidade da influência de um parlamentar para agilizar o processo em Brasília. Outro dirigente relatou que não têm interesse na utilidade pública federal, pois a maioria dos recursos para o funcionamento dos projetos provêm de organismos internacionais. Um terceiro entende que é importante a certificação, pois, por atuar com recursos internos e externos, ele acredita que esta particularidade amplia seu campo de ação.

2 - A EVOLUÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização corresponde a uma nova fase de expansão de capital, não sendo um processo homogêneo, conforme será apresentado, por ter uma forte influência no governo e no comportamento das empresas, favorecendo a curto prazo o combate à inflação, em detrimento do processo econômico-social e das políticas de longo prazo. Neste contexto, o único mercado é o capital volátil.

O entrelaçamento econômico das comunidades já ocorria na pré-história, com isso o processo de globalização teve seu início e progrediu gradativamente ao longo do tempo. Ganhou impulso com o advento da máquina a vapor, na passagem do século XVIII para o século XIX. As transformações da época provocaram um choque de aceleração produtiva.

A energia movida a vapor foi um marco para a era econômica moderna e sinalizou a primeira etapa de uma longa jornada para substituir o trabalho humano pela força mecânica.

Já na segunda revolução industrial, entre 1860 e a primeira guerra mundial, o petróleo passou a competir com o carvão e a eletricidade foi usada pela primeira vez, criando uma nova fonte de energia para operar motores, iluminar cidades e proporcionar a comunicação instantânea entre as pessoas. Nesse período, as invenções começaram a eliminar postos de trabalho, substituição do trabalho do homem pela máquina.

A terceira revolução industrial surgiu imediatamente após a II Guerra Mundial e, neste final do século XX, o motor da nova revolução é a eletrônica, o aperfeiçoamento dos transportes e das comunicações. Conforme relatou ANTUNES (1998 : 15):

“No ano de 1980 presenciou-se nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho. Essa foi uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos tal como o toyotismo”.

Assim, as transformações do mundo atual fazem com que as economias nacionais percam a sua importância relativa, pressionem países para um ajuste, sem o qual perdem o poder competitivo na economia global. Para IANNI (1998 : 50):

“(...) o mesmo processo de globalização, com que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades, tensões e antagonismos. Debilita o Estado Nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições em escala nacional e mundial”.

A globalização é a revolução do fim do século, com ela, países se desestruturam, financeiramente, blocos de comércio se organizam, as economias tornam-se cada vez mais interligadas.

3 - OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

O modo como a sociedade globalizada organiza sua atividade econômica está provocando um grande impacto. Máquinas são capazes de realizar funções fundamentais como as de coordenar os fluxos de produção. Os robôs, computadores e “softwares” avançados estão dominando o processo final de produção.

O princípio de mercado que predomina traz consigo certa conotação ideológica que legitima a retirada do Estado na prestação dos serviços e faz um apelo à comunidade e às idéias que carrega consigo: participação, solidariedade, autonomia, etc. Esse apelo contribui para obter a cumplicidade da sociedade na legitimação da transferência dos serviços de provisão estatal para o setor privado. TEIXEIRA (1998 : 232) mostrou nesses textos como é contraditório o sistema neoliberal.

“(...) cabe ao Estado proteger a liberdade dos indivíduos, reforçar os contratos privados e promover o mercado competitivo. Em síntese, desde que o Estado cuide dos direitos de propriedade e reforce os contratos privados, o mercado, por si só, proverá a distribuição eficiente dos recursos e, assim, o bem-estar geral da sociedade”.

No vácuo deixado pelo Estado frente às políticas sociais, em que predomina a pobreza e a crise social, surgem gradativamente novos movimentos sociais (feministas, ecológicos, pacifistas, etc.), novas concepções de direitos humanos, uma nova idéia de solidariedade social e de cidadania planetária, que tomam corpo em organizações denominadas não governamentais, que objetivam a construção de uma esfera pública: o chamado terceiro setor.

4 - AS ONGS E A QUESTÃO SOCIAL

A ONG's se caracterizam como organizações privadas, sem fins lucrativos, que atuam na defesa dos direitos públicos. Englobam as instituições voltadas para projetos de desenvolvimento, de educação, direitos humanos, assessoria aos movimentos sociais, de formulação de políticas públicas alternativas. Elas respondem às necessidades coletivas e estão incluídas no setor de prestação de serviços (terceiro setor), composto por instituições, fundações, institutos, associações comunitárias, associações culturais, instituições filantrópicas, etc.

O crescimento do terceiro setor não está relacionado somente com a demanda por participação social nas divisões públicas, decorrente da democratização, mas também mediante a redefinição das relações entre Estado e sociedade.

O agravamento da crise social no Brasil e o novo perfil do Estado convocam um maior comprometimento do empresariado com a questão social. Embora se faça filantropia empresarial desde o período colonial, através da intermediação da igreja, ela ainda hoje é inexpressiva em nosso país.

As discussões em torno do terceiro setor apontam na direção de se tentar construir um novo marco que reúna Empresas com as Entidades sem fins lucrativos. Em relação a isso, já existe no Brasil um movimento de entidades representativas de setores do empresariado, que se engajam na busca de soluções para a crise social, abrindo oportunidade de trabalho com as ONG's, em razão do sentido público e social de seu trabalho.

Constatamos que, em 1986, já existia no Brasil em torno de 1041 entidades não governamentais – ONG's. Dentro desse universo, delineiam-se três subconjuntos de organizações com características específicas: as que trabalham com a mulher; as que trabalham com a questão do negro; e as que se definem como estando a serviço do movimento popular (as mais típicas dos campos de atuação das ONG's).

As interações entre ONG's, Fundações Empresariais e Estado parecem estar construindo um novo sentido para a esfera pública não estatal. Nos Estados Unidos, existem estudos que apontam para a utilização dos investimentos sociais, como estratégias para aumentar o reconhecimento e a legitimidade das empresas, incentivando a criação de programas filantrópicos empresarial, para garantir o reconhecimento social, utilizando estratégias rentáveis e, ao mesmo tempo, favorecendo o bem-estar social.

No plano internacional, tem destaque a construção de uma agenda social no interior do processo de globalização. Desde 1992, sob o patrocínio das Nações Unidas, Fóruns Globais têm discutido a questão social. Estes fóruns têm colocado em evidência as ONG's e suas contribuições na afirmação de direito da cidadania. Vem sendo construída uma agenda com relação à preservação e utilização não predatória do meio ambiente, à superação da pobreza, aos direitos humanos, aos direitos da mulher e ao direito do habitar.

5 - A SOBREVIVÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL

É vedado à União, ao Estado e ao Município instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos (inclusive suas fundações), das entidades sindicais dos trabalhadores, Instituição de educação e da Assistência Social sem fins lucrativos (Constituição, art. 150, parágrafo VI, alínea c). Para acessar o privilégio, as Instituições dependem de legislação subordinada. No campo da Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS disciplinou e tornou possível a identificação das Instituições imunes sob este título. Não se conhece lei que defina conceito bastante de educação ou características, tipificadoras de suas organizações para o mesmo efeito.

Grande parte das Organizações Sem Fins Lucrativos - OSFL de fim público corresponde às entidades e Organizações de Assistência So-

cial definidas na LOAS. Não obstante, é certo que muitas OSFL de fim público, devidamente registradas, atuam no atendimento de segmentos específicos, como é o caso das cooperativas, sindicatos, entre outros.

Para acessar recursos públicos, através de convênios e subvenções sociais, por intermédio do estado, o registro é pré-requisito, no entanto, a importância se tornaria decisiva se formalizando a legislação ordinária, apenas se confirmasse que as organizações de assistência social são imunes por dispositivo constitucional. Enquanto a lei não se afirma, permanece o espaço para “auto-declaração”, na Receita Federal, por exemplo, quando da análise do pedido de Cadastro Geral do contribuinte, a classificação é realizada mediante exames dos estatutos sociais, com critérios não mecânicos e pouco transparentes, tudo dependendo da interpretação dada a esses Estatutos.

No Brasil, as ONG's dependem de recursos provenientes do exterior para realizações dos programas sociais. As empresas multinacionais, por sua vez, financiam suas próprias fundações sem fins lucrativos em seu país de origem e, no local onde estão instaladas, sentem-se desobrigadas com esse tipo de investimento.

Os recursos destinados pelo Estado às ações desenvolvidas pelas ONG's têm sido insuficientes, face à necessidade da manutenção prioritária de seus próprios órgãos, o que seria de extrema relevância, sendo, a eventual dependência nesse campo, um risco necessário.

Segundo LANDIM (1988: 19), “*As agências de financiamento das ONG's na América Latina, em sua maioria, são também Organizações Não-Governamentais em seus países de origem*”.

Preocupados com a atual legislação brasileira, representantes do governo e da sociedade civil, recentemente, reuniram-se numa rodada de negociações, intermediados pelo Conselho da Comunidade Solidária, quando definiram a necessidade de reformulação da legislação do terceiro setor; a necessidade de viabilizar condições de financiamento, a fim de alcançar um fluxo permanente de recursos capazes de assegurar o funcionamento de suas organizações; e a necessidade de criar um dispositivo legal para a regulamentação do serviço voluntário, entre outros.

Nesse sentido, o interesse do governo, do conselho e sociedade parecem convergir, e os resultados já são visíveis. A Lei do Voluntariado nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, sancionada pelo Presidente da República, é um marco legal para o terceiro setor. Tramita no Congresso o Projeto de Lei número 4690 de 1998, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organização da sociedade civil de interesse público, como também institui e disciplina o termo de parceria.

6 - PERSPECTIVAS DA GLOBALIZAÇÃO

As pressões sociais se sobrepõem à capacidade de suporte das sociedades, causando desemprego estrutural e a extinção de milhares de empregos na indústria. O surgimento de novos postos de trabalho no terceiro setor, aliado à exigência de um alto grau de qualificação e a modernização das empresas, produz a retração do Estado frente às políticas públicas e o surgimento de filantropia empresarial.

São muitas as expectativas e incertezas acerca do futuro, principalmente no campo do trabalho, em que as sombrias previsões de utilização de apenas 20% da mão-de-obra economicamente ativa, no próximo século, chegam a amedrontar.

Diante desse quadro, a única certeza: novas alternativas serão agilizadas a tempo, para não eliminarem o consumidor, que é uma das molas mestras da engrenagem que sustenta o capitalismo.

Assim, enquanto aguardamos um novo delineamento, é bom lançarmos um olhar para a realidade brasileira, pois sua posição frente ao mundo industrializado não deve jamais incluir a subserviência. O fato do Brasil ser um competidor inexpressivo no campo da tecnologia não altera nem reduz suas mais variadas potencialidades, dentre as quais as riquezas naturais, a fertilidade e a imensidão do seu solo.

Quanto às ONG's, elas têm se organizado em prol dos direitos sociais que se encontram bastante fragilizados, têm atuado mediando as políticas que articulam o governo e a comunidade organizada, mesmo assim, na perspectiva da construção de uma filantropia moderna no país, porém, não se pode esquecer de proteger o público contra interesses estranhos às suas finalidades, ou seja, isso equívale a proteger o terceiro setor de desvios em suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ONG's, no decorrer do tempo, vêm conquistando um espaço peculiar, apesar de privadas, atuam na esfera pública e representam uma categoria que foi construída em tempos recentes. Por isso, sua atuação, principalmente enquanto braço executor das políticas sociais, precisa ser avaliada, para não legitimar a retração da atividade estatal, nem acelerar o processo provocado pelo mundo globalizado.

No que se refere à globalização, temos encontrado divergência de opiniões, pois, ao mesmo tempo que integra os países, fragiliza o Estado, acelerando o processo de exclusão social, que se avulta na mesma proporção que cresce a integração nos mercados, criando grandes desigualdades sociais provenientes das mudanças no mundo do trabalho e proporcionando o conforto das novas tecnologias e diversidade de produtos disponíveis.

ABSTRACT

The present study is aimed to the discussion of the process of the World Globalization and the creation and development of the Non-Governmental

Organizations- NGOs. This study has been achieved through library research,, group discussions and personal contacts with Non-Governmental Organizations located in Campo Grande-MS

KEYWORDS: World Globalization – Non-Governmental Organization / NGOs – Third Sector.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem terra, ONG's e cidadania; a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo : Cortez, 1997.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 6.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1988.

LANDIM, Leilah; COTRIM Leticia Ligneul. *ONG's: um perfil. Cadastro das filiadas à associação brasileira de ONG's (ABONGS)*. São Paulo : ISER, 1986.

MARTIN, Hans Peter. *Armadilha da globalização*. 2. ed. São Paulo : Globo, 1988.

NEOLIBERALISMO e Precarização das Relações de Trabalho. In: III Congresso Internacional de Direito Alternativo do Trabalho. Globalização. n.1, p.1. Tese aprovada, Comissão de sistematização.

- OLIVEIRA Cynthia. *Terceiro setor. Uma agenda para reforma do marco legal*. Rio de Janeiro : Comunidade Solidária, 1997.
- PAZ, Rosângela Dias O. da. O que é ONG? *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo : Cortez, n. 54, 1997.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução: Jeremy Rifkin, Ruth Gabriela Bahr; revisão técnica Luiz Carlos Merege. São Paulo : Makron Books, 1995.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20. ed. São Paulo : Cortez, 1996.
- TEIXEIRA, Francisco J. S (org.) et alii. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1998.
- TESE defende controle para globalização. Neoliberalismo livro de John Gray sugere um governo mundial para enfrentar o livre mercado, idéia simpática a FHC. *Folha de São Paulo*, 12 jul. 1998, p. 5.